

**RESENHA: O ESTADO E A GESTÃO
DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

*REVIEW: THE STATE AND MANAGEMENT
OF URBAN SOLID WASTE*

*RESEÑA: ESTADO Y GESTIÓN DE
RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS*

GRAZIELLA PLAÇA OROSCO DE SOUZA
Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: grazaorosco@gmail.com

WALDMAN, Maurício. **Resíduos sólidos**: notas sobre a atuação do Estado. São Paulo: Editora Kotev, 2019. (Col. Políticas Públicas 1).

Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, professor universitário, pesquisador e consultor. É autor (ou co-autor) de 17 livros, centrados basicamente nos campos do saber geográfico e antropológico. Com expressiva repercussão na área de resíduos, Waldman foi indicado como finalista do Prêmio Jabuti 2011 no quesito melhor livro de Ciências Naturais, repercussão da obra “Lixo: Cenários e Desafios” (Cortez Editora, 2010). Na gestão pública, exerceu em 2000 o cargo de Chefe da Coleta Seletiva de Lixo da capital paulista e entre 1990-1992, de Secretário do Meio Ambiente de São Bernardo do Campo. É Pós-Doutor pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP com pesquisa sobre Resíduos Sólidos (2010), e em 2015, finalizou seu terceiro Pós Doutorado (PNPD-CAPEs), cuja pesquisa envolveu os temas da reciclagem, da catação e da incineração do lixo. Duas obras a merecerem destaque relacionadas ao tema são *A Civilização do Lixo* (Editora Kotev, 2016) e *Planeta Lixo: A Cartografia dos Resíduos Globais* (Editora Kotev, 2016).

Em sua obra “**Resíduos sólidos: notas sobre a atuação do Estado**” publicado no ano de 2019 pela Editora Kotev, Waldman busca discutir o papel controverso do Estado brasileiro no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. A obra publicada em formato de e-book de acesso gratuito e de 128 páginas (levando em conta a capa) é uma compilação de materiais produzidos em suas investigações durante os dois estágios de pós-doutoramento, realizados nos anos de 2011 e 2015 (respectivamente, UNICAMP/CNPq, 2011 e PNPd/Fundação CAPES, 2015).

Na obra organizada em seis capítulos Waldman apresenta, com riqueza de dados numéricos, a problemática da gestão dos resíduos sólidos no Brasil, tendo por fundamento o fracasso da

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Comparando o caso brasileiro com o de demais países em desenvolvimento, aborda temas polêmicos como reciclagem e Custo Brasil do Lixo. O eixo norteador da discussão é a atuação do Estado brasileiro e seu “controle desagregador” nos processos de gerenciamento de resíduos. Waldman discute a inoperância das políticas públicas, fazendo crítica ao fracasso das legislações em vigência no país. Sob o conceito do *Diretorado do Lixo*, reflete sobre o controle desagregador dos processos de gestão, no qual o Estado atua como mantenedor do *status quo* das condições socioeconômicas de catadores de um lado, e de empresas recicladoras de outro.

O autor inicia a obra refletindo sobre as contradições entre a atuação do Estado, da iniciativa privada e dos catadores de recicláveis no desenvolvimento da coleta seletiva de lixo nos municípios brasileiros. Partindo do princípio de que o lixo urbano é rico em materiais economicamente valiosos, trata de verificar a inoperância dos programas municipais de coleta seletiva, a atuação desvalorizada dos catadores e os ganhos que as empresas recicladoras têm com a omissão do Estado na coleta seletiva do lixo urbano.

Sobre a deposição final dos rejeitos, Waldman apresenta o cenário dos lixões brasileiros, que ocupam grandes áreas e demandam muito investimento para enterrar materiais passíveis de reutilização. Discorre a respeito do fracasso na instituição dos aterros sanitários, cuja instalação e funcionamento tornou-se obrigatória pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O autor chama a atenção para os problemas socioambientais que tais locais disponibilizados para acomodação e degradação dos resíduos sólidos apresentam, como o volume de chorume e gás metano gerado,

altamente prejudiciais à saúde. Discute sobre vantagens e desvantagens do funcionamento dos incineradores na redução dos resíduos e como a gestão de excelência do lixo pode ser melhor pensada pelo poder público para evitar tais problemas.

Seguindo este pensamento, a atuação do Estado no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial em elaborar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), é discutida sob a ótica das responsabilidades da administração pública nos processos de coleta seletiva de lixo (CSL). Em crítica à atuação do Estado nesta pauta, Waldman revela o posicionamento deste em manter o *status quo* caracterizado pelas políticas que promovem as desigualdades sociais e reafirmam os “privilégios sociais e das premissas voltadas para assegurar uma globalização para poucos, não tem como ser dissociada das práticas reais do aparelho de Estado” (WALDMAN, 2019, p. 42).

Waldman continua este raciocínio ao tratar do viés ideológico que a gestão de resíduos sólidos é apresentada pela academia e em relatórios divulgados por diferentes instituições relacionadas ao assunto. Critica a forma como os registros empíricos e dados quantitativos são manipulados para divulgação de resultados, sem que sejam considerados os processos envolvidos na gestão dos resíduos, tornando os dados controversos perante a realidade brasileira. Considera que é preciso contextualizar o lixo no “tempo social e no espaço habitado” para que os estudos sobre o assunto possam ser realizados. Neste ponto, provoca a reflexão sobre as discrepâncias entre dois sujeitos dependentes do lixo para sobrevivência: os catadores e a indústria recicladora.

Seguindo esta linha de pensamento, Waldman passa a ocupar-se do ônus causado pela má gestão dos resíduos sólidos,

analisando, para tanto, o Custo Brasil do Lixo. Para ele, a ineficiência do Estado agrava o quadro brasileiro de má governança, que irá refletir-se em problemas como:

corrupção, morosidade da justiça, entraves logísticos, altíssimos impostos, inchaço da máquina burocrática, uso indevido do erário, incompetência administrativa, insegurança jurídica, regulação ineficiente, estrangulamento da infraestrutura e politização dos preços administrados (WALDMAN, 2019, p. 64).

Também relaciona problemas econômicos concernentes ao alto custo do gerenciamento dos resíduos sólidos visível ao se comparar municípios entre si e o país com demais nações da América Latina.

Baseado em dados estatísticos relativos a países da América Latina, especialmente México e Argentina cujas características estruturais de gerenciamento de resíduos sólidos assemelham-se às do Brasil, Waldman afirma que o custo unitário brasileiro para a limpeza urbana por km, incluído o processo todo - desde coleta até a deposição final dos resíduos -, envolve os valores mais altos já registrados. Somado a isto, relata que o Brasil é o país latino-americano que mais gera resíduos, fato que contribui para a proliferação dos lixões e aterros.

Assim, a questão dos serviços de limpeza urbana é considerada ligada a permanência dos lixões e aterros uma vez que, ao adotarem os lixões como local de despejo destes resíduos, as prefeituras contribuem para sua existência. Isso corrobora com o ciclo impactante da degradação dos rejeitos - chorume, emissão de gases, contaminações, problemas de saúde, alterações na paisagem,

impactos ambientais e sociais a comunidades instaladas próximas à área de deposição, - entre outros problemas citados.

Finalizando a obra, é reproduzida entrevista cedida por Waldman à IHU On-line, na qual ele expressa seus posicionamentos sobre o grave problema de gestão de resíduos sólidos no Brasil, tratando, em especial, do papel do Estado, dos custos do gerenciamento e dos problemas socioambientais representados pelos lixões e aterros sanitários instalados em todo o país. Chama a atenção para a região Oeste do Estado de São Paulo, analisando o caso dos lixões do município de Presidente Prudente e seus impactos. O autor apresenta em anexo links com entrevistas que complementam a temática tratada pela obra.

Os dados apresentados reforçam a urgência de se pensar em possíveis soluções para o problema do gerenciamento dos resíduos sólidos no país. Como demonstrado, as políticas públicas direcionadas à gestão, na prática, ocorrem apenas parcialmente. Fato confirmado quando se observa que boa parte dos municípios brasileiros não têm elaborados seus planos de gestão, e que se utilizam dos projetos de coleta seletiva como “marketing” institucional.

Os resíduos são considerados de formas diferentes para os segmentos envolvidos com seu gerenciamento. Para as recicladoras, os resíduos sólidos urbanos constituem matéria-prima geradora de lucros. Já para o segmento industrial, os processos de reciclagem contribuem por minimizar os custos de produção por meio do reaproveitamento. Em alguns casos, os resíduos transformam-se em combustível, gerando energia a baixo custo. Para os gestores de aterros e empresas coletoras geralmente financiadas por prefeituras,

o interesse maior está na quantidade destes resíduos. Para os coletores é a qualidade que conta.

Com a intenção de “discutir o lixo como solução”, Waldman comenta sobre iniciativas de coleta seletiva de resíduos, inicialmente impulsionadas pelo compromisso com a preservação da natureza. Reforça a importância dos catadores, em especial os cooperados, na minimização dos problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos urbanos, uma vez que “do ponto de vista econômico, a reciclagem é uma atividade extremamente promissora” e que envolve de um lado trabalhadores que antes encontravam-se em situação de exclusão social e de outro lado setores “poderosos, influentes e altamente capitalizados da indústria” (WALDMAN, 2019, 16), provocando a relação desigual vigente no país.

Fato é que lixões e aterros demandam alto custo de gestão, problemas de saúde e problemas sociais. Sua manutenção pode parecer simples, exigindo recursos humanos sem muito preparo técnico, transportes e máquinas pesadas. No entanto, o impacto deste modelo de gerenciamento se prolonga por séculos no ambiente natural, repercutindo na qualidade de vida das pessoas.

Com o cancelamento da erradicação dos lixões, previsto na PNRS e adiado para o ano de 2021, Waldman considera que os problemas relacionados à gestão dos resíduos sólidos sejam agravados, com prejuízos na implantação de projetos de compostagem, nos serviços de coleta seletiva, de logística reversa, além da criação de mais lixões e maiores problemas para catadores e cooperativas de reciclagem. A estas considerações, o autor indaga ironicamente “Quem na época do lançamento da PNRS acreditou que, de fato, a lei ‘pegaria’? E hoje, quem acredita que ela ‘pegará’ em 2021?” (WALDMAN, 2019, p. 91).

Cumpra mencionar que se trata de um e-book formado por textos já publicados anteriormente, que se relacionam à mesma temática apresentando, no entanto, objetivos diferentes. Por esta razão, o autor revisita alguns dados e informações no decorrer da obra, como o fato de Curitiba ser considerada referência em termos de gestão de resíduos e ainda apresentar problemas de coleta seletiva e dados de produção de resíduos sólidos no Brasil em comparação ao PIB, apresentados em dois momentos da obra, cujas aparições encontram-se totalmente contextualizadas ao assunto apresentado.

Em síntese, a obra destina-se não apenas a pesquisadores e interessados no tema “Gestão de Resíduos Sólidos”, mas a toda e qualquer pessoa que se interesse pelo futuro ambiental do país.

Referências bibliográficas

WALDMAN, Maurício. **Resíduos sólidos**: notas sobre a atuação do Estado. São Paulo: Editora Kotev, 2019. (Col. Políticas Públicas 1).

Submetido em: 02 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 08 de agosto de 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

Como citar esta resenha:

SOUZA, Graziella Praça Orosco de. O Estado e a gestão dos resíduos sólidos urbanos. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 962-969, jan.-jun./2020.